

Ata da 59ª. Reunião do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação

Petrópolis, 23 de fevereiro de 2017.

Inicia-se às 19H 00 min a reunião na Casa dos Conselhos, sito à Av Koeler nº 260 estando presentes Sr. Ronaldo Medeiros, Presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação, e os conselheiros, Sr. Antonio Retondaro e Joceli Cammarota (representantes da Secretaria de Habitação), Sra. Paula (representante da Secretaria de Assistência Social), Sr Matheus Quintal e Raquel (representantes da Secretaria de Obras), Sr. Sebastião Bifano de Almeida (Representante da Associação de Moradores do Quarteirão Suíço), Márcia Aparecida da Silva Dias (representante da Associação Moradores da Ponte do Samambaia), Sr Marcelo Machado (Representante da Secretaria de Planejamento), Sr Luis Eduardo Moreira Peixoto (representante da Secretaria de Governo), Sr Lucas Pontes (Representante do Gabinete do Prefeito) e a Senhora Marcela Rocha (Assistente Administrativa e Financeira do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social). Sr Ronaldo Medeiros inicia a reunião agradecendo a presença de todos os Conselheiros e a Representante do CDDH na 1ª reunião da nova gestão. Convida a secretária executiva, a Senhora Marcela para compor a mesa e apresenta a Dra. Raquel para auxiliar nos trabalhos e informa que também é responsável pelo apoio jurídico e participa de todas as ações relacionadas à Secretaria de Obras, Habitação e Regularização e Fundiária. O Presidente explica que o país está passando por um momento financeiro delicado, o que reflete diretamente nas ações de todos os municípios, mas que o Sr Prefeito está mobilizado junto com a nova equipe de governo para resgatar e implementar novas ações em benefício da população. Dando prosseguimento, fala do próximo ponto de pauta: as ações que serão realizadas pela secretaria no exercício de 2017. Informa ainda, que foi a Brasília juntamente com o Sr. Prefeito para pleitear tudo que cidade necessita e merece. Esclarece que foram recebidos por quatro Ministros e pelos presidentes do DNIT e ANTT. Essas reuniões já estão rendendo frutos para o Município. Na seqüência, informa que foi recebido pela Secretária Nacional de Habitação a Sra. Maria Henriqueta, para falar dos projetos que estão paralisados como: MCMV - Vassouras Vila Hípica, Vincenzo Rivetti e Caititu. A Secretária Nacional se predispôs de imediato a dar prosseguimento a essas ações, assim como ITERJ que dará prosseguimento nas ações de regularização fundiária no município. O Presidente informa que está se interando agora da pasta da Habitação, tendo em vista a grande demanda urgente gerada em função do término do contrato da empresa responsável pela coleta de lixo no dia 27 de dezembro, alegando que o município está em dívida e por isso, deixou de realizar os serviços. O Presidente informa que o serviço ainda não foi normalizado devido ao grande acúmulo de lixo em toda a cidade. Dando prosseguimento, o Presidente do Conselho informa que a demanda habitacional (déficit) hoje está aproximadamente em torno de 5.000 unidades e que esses projetos do MCMV são de grande importância para diminuir o número de famílias atendidas pelo aluguel social no município. Existe a necessidade do MCMV faixa 1, para atender as famílias do aluguel social. O Presidente informa ainda que última reunião do Conselho que obteve quorum foi em agosto e solicita ao Conselheiro Peixoto que também é presidente do Núcleo de apoio aos Conselhos e Comissões, que mobilize os conselheiros, sociedade civil e entidades, tendo em vista a importância do Conselho e mostrar a sociedade que o governo quer a participação popular para entender a dinâmica e as necessidades de cada comunidade. É essencial a participação popular. O Governo tem como uma de suas prioridades o programa MCMV para fomentar a política habitacional, e fazer uma revisão para identificar novos projetos que possibilitará aos cofres públicos uma economia, tendo em vista a saída das famílias do aluguel social. O presidente esclarece que esses projetos deveriam contemplar também um estudo viário, de rede de esgoto, melhor estrutura de ponto de ônibus porque a demanda aumentará significativamente. O presidente informa que o saldo do fundo é de R\$ 336.447,52 (conforme extrato da conta corrente referente ao mês de janeiro de 2017), e solicita que os conselheiros opinem como esse recurso pode ser utilizado.

Informa também que não houve aporte financeiro nos últimos anos. O Conselheiro Peixoto solicita a palavra e informa que a casa dos conselhos está disponível para ajudar da melhor maneira possível. Informa que quando assumiu o Núcleo a maioria dos arquivos já não estavam mais disponíveis. Informa que vai criar a caravana nas comunidades, jornais e informativos. Informa também que vai disponibilizar para todos os Conselhos a cada três meses um relatório das atividades para que o acervo não se perca. Na seqüência, informa que irá conversar com o Secretário para viabilizar o projeto chamado de “casas avulsas”, projetos onde as casas estão em riscos, mas o terreno não, possibilitando assim que as famílias não saiam de suas residências e que não sejam cadastradas no programa aluguel social. Na seqüência a Conselheira Márcia solicita informações do aluguel social, tendo em vista que uma moradora da comunidade Samambaia necessita do benefício, a Conselheira Paula (representante da SETRAC) informa que o número de famílias que recebem o aluguel social no município já está no limite e por isso não poderão ser incluídas novas famílias, mas que irá anotar os dados da solicitação. Na seqüência o Conselheiro Marcelo, pergunta se existe um estudo para verificar esse número de déficit habitacional no Município, o Presidente do Conselho informa que esse número leva em consideração as pessoas cadastradas no aluguel social e os cadastros habitacionais existentes. Dando prosseguimento o Conselheiro Marcelo, sugere que orçamento do FMHIS seja utilizado para fazer um estudo mais detalhado e para projetos habitacionais, tendo em vista a grande demanda do município, a conselheira Raquel informa que existe um estudo, o PLHIS, que teve como base esse objetivo. O Conselheiro Peixoto informa que esse estudo foi realizado em 2012, mas que é necessária a revisão do mesmo, tendo em vista estar defasado e informa que na época o projeto teria sua revisão automática. O presidente solicita averiguar essa informação, o que diminuiria muito o custo. Para encerrar a reunião, o Presidente informa que o processo de regularização fundiária dessa nova gestão dará ao cidadão o direito real e não um documento de reconhecimento de posse. O objetivo é dar ao cidadão dignidade e mostrará à sociedade que o governo está comprometido com políticas sérias habitacionais. Ata redigida por Marcela Rocha, estando conforme, vai assinada pela mesma e pelos demais conselheiros presentes. *****